



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

TECNOLOGIA DE GESTÃO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTABILIDADE SOCIAL CONSTRUÍDA EM PROCESSO DE INCUBAÇÃO.

Área temática: Relato de Experiência, Metodologia e Extensão.

Raoni Fernandes Azeredo¹, Maurício Sardá de Faria².

*1 Incubes/UFPB - Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campus João Pessoa/PB -
raoni_jpa@hotmail.com*

*2 Incubes/UFPB – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campus João Pessoa/PB –
mausarda@hotmail.com*

Resumo

A presente comunicação aborda o processo de desenvolvimento de uma tecnologia social para a gestão dos empreendimentos econômicos solidários realizado durante as atividades de Incubação promovidas pela equipe da Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB. A partir do relato da situação vivenciada pelos empreendimentos quanto à gestão dos seus processos econômicos, são recuperados os passos realizados para o desenvolvimento, em conjunto com os grupos, de uma ferramenta gerencial que envolve a contabilidade social, a identificação dos custos e definição dos preços dos produtos. Entende-se que esta ferramenta auxilia no processo de gestão dos empreendimentos solidários tanto quanto favorece ao processo de autogestão dessas atividades econômicas, na medida em que democratiza o acesso à linguagem contábil e sua efetivação pressupõe a participação ativa de todos os/as trabalhadores/as envolvidos/as.

Palavras-chave: Incubação de Empreendimentos; Tecnologia Social de Gestão; Contabilidade Social; Economia Solidária

1 Introdução

A economia solidária ganhou grande expressão e espaço social nas últimas décadas, dando azo a um vasto campo de experiências e iniciativas de produção e reprodução dos meios de vida estruturados a partir da propriedade coletiva dos meios de produção, da autogestão, da solidariedade e do coletivismo. Esse desenvolvimento recente foi impulsionado pela crise estrutural do capitalismo vivenciada de forma desigual e combinada tanto no centro como na periferia do sistema e afetou, com intensidade e ritmos diferenciados, o conjunto da classe trabalhadora com o crescimento do desemprego, do trabalho precário e ataques aos direitos sociais e trabalhistas arduamente conquistadas.

Nessa conjuntura, a economia solidária apresentou-se como alternativa inicialmente a partir de um conjunto de experiências isoladas, mas que conflui para articulações nacionais e um movimento que busca afirmar a sua identidade e plataforma de luta e reivindicações. Enquanto elementos comuns dessa identidade do campo da economia solidária, pode-se afirmar que ela ganha fôlego estrutura em princípios associados a valores humanistas,



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

materializados na efetivação de iniciativas econômica solidárias de geração de trabalho e renda, instituições de assessoria e fomento e políticas públicas nas três esferas de governo.

No âmbito das Universidades, a economia solidária teve início a partir da ação da UFRJ junto à comunidade de Manguinhos, no Rio de Janeiro. Desde então, uma centena de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares foram criadas em universidades e institutos federais de educação tecnológica, recebendo para tanto o apoio do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC.¹ As Incubadoras universitárias de cooperativas populares têm acumulado uma experiência riquíssima no apoio à constituição e sustentabilidade de empreendimentos solidários e projetos de desenvolvimento comunitários, atuando na formação de quadros técnicos, desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias sociais e, a partir disso, contribuindo para o alargamento das atividades de extensão nas universidades e institutos de educação tecnológica.

Este Artigo aborda a experiência da Incubadora de Empreendimentos Populares da UFPB – INCUBES nas ações de apoio e fomento a grupos, associações e cooperativas de produtores associados. Especificamente, apresenta os resultados até aqui obtidos no desenvolvimento de um sistema contábil para os empreendimentos que contribua para o processo de gestão coletiva realizado pelos associados, ao mesmo tempo em que possibilita a apreensão pelos próprios trabalhadores dessa ferramenta, reduzindo a dependência em relação aos profissionais ou assessoria especializada. Trata-se, a nosso ver, do desenvolvimento de um sistema democrático de contabilidade construído junto com os trabalhadores e voltado para o atendimento das suas necessidades práticas e políticas, constituindo-se, nesta medida, em uma tecnologia social que poderá ser difundida para outros empreendimentos do campo da economia solidária.

2 Economia Solidária e Autogestão

A expressão economia solidária vem sendo utilizado para designar uma grande diversidade de atividades econômicas organizadas a partir dos princípios de solidariedade, cooperação e autogestão, seja pela recriação de práticas tradicionais, seja pela emergência de formas inovadoras. No Brasil, a diversidade da economia solidária abriga desde grupos informais de costura ou artesanato até grandes fábricas recuperadas, passando também por cooperativas urbanas de serviços, cooperativas de agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária, organizações de finanças solidárias, ou redes e cadeias produtivas (mel, algodão, metalurgia etc.), entre outros (SINGER; SOUZA, 2000).

Como tipo ideal de organização econômica solidária pode-se considerar a chamada cooperativa de produção, que pertence coletivamente aos próprios trabalhadores que nela

¹ - O Proninc foi criado em 1998, quando foram apoiadas meia dúzia de Incubadoras, a partir da experiência da COPPE/UFRJ. Em 2003, a recém criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), a Financiadora de Estudos e Projetos, a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida decidiram reativar o programa como resposta as demandas das Incubadoras através das Redes. Desde então, e envolvendo cerca de 12 Ministérios e Órgãos Públicos, foram apoiadas mais de 102 Incubadoras em todo o País.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

laboram e a gerem coletivamente. No caso das iniciativas recentes, muitas funcionam efetivamente como cooperativas de trabalhadores (de produção, consumo, distribuição ou crédito), com maior ou menor grau de formalização. Mas o campo da economia solidária, independentemente da forma jurídica que assumem as experiências, abrange outras iniciativas econômicas de produção e “reprodução ampliada de meios de vida” (CORAGGIO, 1994), regidas por princípios solidários, como as associações de inúmeros tipos, os bancos comunitários, clubes de troca, lojas solidárias de comercialização, centrais de cooperativas etc.

Numa perspectiva história das lutas sociais no Brasil, pode-se sugerir que este campo heterogêneo de experiências no campo da economia solidária é também parte e decorrência do processo de democratização da sociedade brasileira, enquanto movimento que possuía como um dos pilares centrais a defesa da participação da sociedade organizada nos rumos do país. Neste sentido, o movimento da economia solidária aparece como um processo de confluência de várias correntes autonomistas ou comunitaristas, instituições e movimentos da classe trabalhadora, podendo ser representado metaforicamente como um vale para o qual acorrem vários afluentes de um único rio.

Uma destas vertentes que confluem para o campo da economia solidária vem da experiência de autogestão e resistência dos trabalhadores brasileiros realizadas tanto no meio urbano quanto no movimento camponês. Converge para o mesmo campo as inúmeras iniciativas de trabalho comunitário das igrejas, pastorais e instituições da sociedade civil no plano dos direitos e do apoio às formas de desenvolvimento endógeno. Ainda que pouco estudada, deve-se considerar como integrante da economia solidária as formas sociais e políticas de organização dos povos indígenas, baseadas na propriedade comum do solo e formas compartilhadas de produção dos meios de vida e do cuidado com as crianças. Do mesmo modo, deve-se considerar a influência africana que se materializou na organização dos quilombos e outras comunidades tradicionais, também resgatando formas coletivas de produção da vida material e social.

Além dessas vertentes, o campo mais amplo da economia solidária envolve também uma pluralidade de entidades públicas e privadas (organizações da sociedade civil, setores do sindicalismo, universidades e, mais recentemente, iniciativas de políticas públicas nas diferentes esferas de governo) que apóiam as iniciativas econômicas solidárias e contribuem para sua expansão e fortalecimento.

De forma geral, o que vai conferir o fundamento do campo da economia solidária no Brasil é o crescimento de experiências de produção de bens e serviços (empreendimentos solidários), fortalecimento da comercialização, consumo, distribuição ou finanças solidárias (fundos rotativos, bancos comunitários, moedas sociais, crédito solidários etc.) que se organizam e se efetivam socialmente a partir dos princípios da autogestão, do coletivismo, da solidariedade e da propriedade coletiva dos meios de produção pelos próprios trabalhadores associados.

Para Paul Singer, trata-se já de um novo modo de produção, que se projeta no interior e contra a atual formação social hegemônica pelo sistema produtor de mercadorias, ocupando interstícios e brechas para a sua realização. Não se trata de um fenômeno novo, mera “porta de saída” para a insustentabilidade e contraditoriedade própria do sistema mundo capitalista.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Trata-se de uma proposta de economia portadora de origens históricas preciosas, uma concretude presente e uma perspectiva de futuro de abrangência civilizatória. (SINGER, 2002).

Consideramos que, dentre todos os princípios que caracterizam os empreendimentos econômicos solidários, a autogestão é o que distingue e fundamenta um campo novo de práticas e relações de produção e reprodução dos meios de vida, e que confere substância à proposta de Paul Singer que se trata de um novo modo de produção a se desenvolver nos interstícios da sociedade capitalista. Nesse sentido, economia solidária e autogestão possuem origens históricas que se confundem, na medida em que representam experiências de resistência dos/as trabalhadores/as ao crescimento do capitalismo nos múltiplos espaços da vida social, bem como a construção de novas formas de sociabilidade estruturadas em relações igualitaristas e coletivistas na produção da vida social.

Entendemos que a autogestão esteve sempre presente no horizonte da luta de classes, nas organizações e conflitos em que os trabalhadores rompem com a disciplina e a fragmentação que fundamentam as relações sociais do capital. No século XIX, a autogestão ganhou a forma de associações operárias, instituições que propunham formas novas de democracia direta. Ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade, a fragmentação pelo coletivismo, essas formas associativas de produção revelaram um processo de auto-organização tomado como meio e fim. A autogestão das lutas surge assim como condição para a autogestão da produção e da vida social.

A repressão a estas formas associativas, intensificada nos momentos de ruptura mais profundos, como nas revoluções de 1848 e no pós-Comuna de Paris, abriu caminho para uma reinterpretação das tarefas prementes no seio do movimento socialista internacional. Deslocadas, as associações e as cooperativas foram gradativamente abandonadas e desprestigiadas, diante a consolidação da crítica ao seu caráter anódino para o enfrentamento e a transformação do capitalismo. Nem mesmo os momentos agudos de crise, que abalaram com maior ou menor intensidade as estruturas da forma capitalista de produção de mercadorias no decorrer do século XX, foram suficientes para recolocar em cena a busca por formas alternativas de produção dos meios de vida.

Sendo assim, será apenas a partir da crise dos anos 1970-80 que o debate sobre a autogestão da produção e da vida social vai ser recolocado, principalmente devido à emergência de experiências de recuperação de empresas falidas, transformadas em cooperativas de resistência ao desemprego e aos processos de exclusão social que se intensificaram com a onda neoliberal, sobretudo na periferia do sistema capitalista. No Brasil e em outros países latino-americanos, esse movimento ganha volume e espaço social ao longo da década de 1990, tendo possibilitado, entre outras coisas, a revitalização do debate em torno do tema da autogestão, do cooperativismo e do socialismo.

E esta construção vai se dar em meio ao crescimento exponencial de iniciativas de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito desenvolvidos com base na solidariedade, no coletivismo e na autogestão.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

O primeiro retrato nacional deste campo tão heterogêneo ainda é muito recente, com o mapeamento realizado em 2005 e 2007² pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e inúmeras instituições da sociedade civil e órgãos públicos, que deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)³. Embora tenha chegado a apenas 52% do território nacional, foram identificadas quase 22 mil iniciativas e empreendimentos solidários, dos quais participam cerca de 1,7 milhão de trabalhadores (SENAES/MTE, 2007).

De forma geral, e para o que nos interessa neste momento, chamamos a atenção para os seguintes dados do mapeamento:

1. Nesses quase 22 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) mapeados no Brasil, participavam diretamente das atividades econômicas 1.634.375 trabalhadores e trabalhadoras;
2. Sobre a distribuição de gênero, os dados apontam que os homens constituem os participantes majoritários (64%). No entanto, embora esse percentual mantenha-se nos empreendimentos maiores (acima de 20 participantes), nos empreendimentos menores as mulheres constituem a maioria;
3. Nos nove estados que compõem a região Nordeste, foram identificados 45% dos empreendimentos econômicos solidários já mapeados no Brasil, o que significa que aproximadamente 9.800 empreendimentos estão situados nessa região;
4. Pode-se supor que tal densidade de empreendimentos no Nordeste deve-se à existência de uma tradição associativista para a produção dos meios de vida e de resistência que favorece ao surgimento de iniciativas econômicas baseadas na cooperação, na autogestão e na solidariedade;
5. Do total de empreendimentos econômicos solidários mapeados no Brasil, cerca de 48% atua exclusivamente na área rural; enquanto 35% tem atuação na área urbana e; 17% atuam ao mesmo tempo nas áreas rurais e urbanas. Pode-se dizer, neste caso, que há uma predominância de empreendimentos econômicos solidários que atuam com produção ou comercialização de produtos agrícolas;
6. No Nordeste, o percentual de empreendimentos que atuam na área rural é maior do que o restante do país, compreendendo cerca de 63% dos empreendimentos mapeados;
7. Os dados do SIES atestam o desenvolvimento recente da economia solidária no Brasil, uma vez que o grande impulso de criação de EES se deu nos anos 1980 e 1990;
8. Em termos de fragilidades e dificuldades vivenciadas pelos empreendimentos, basta mencionar que, dos mais de 21 mil empreendimentos mapeados, apenas 10% estavam formalizados como cooperativas. A grande maioria era constituída por associações, que correspondem a 52% dos empreendimentos mapeados; e 36,5% dessas iniciativas autogestionárias no campo da economia é ainda constituída por grupos informais;
9. Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos para a sua viabilidade econômica e sustentabilidade social, política e institucional, destacam-se a

² - Ver: **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007** / Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – Anteaq – São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

³ - Sobre o SIES, ver: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

comercialização dos produtos, o acesso ao crédito e financiamento das atividades e a ausência de assessoria técnica no desenvolvimento das suas atividades.

De forma geral, os desafios e dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos solidários são de três ordens: acesso à capital (crédito, financiamento etc); acesso à mercado (logística, pontos de venda, comércio justo etc.); e acesso à conhecimentos (formação, educação profissional, assessoria técnica etc.). Neste sentido, o trabalho da Incubes procura, de forma imediata, possibilitar aos empreendimentos participantes o acesso ao terceiro campo de dificuldades, ou seja, o acompanhamento sistemático permeado por processos formativos e assessoria técnica para a melhoria da qualidade dos produtos, aprofundamento das relações sociais autogestionárias e estabelecimento de redes e cadeias de cooperação com outros empreendimentos econômicos solidários.

3 A INCUBES: a Extensão como “Trabalho”

A Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES, foi constituída em 2001 a partir de um GT de estudos sobre as relações do trabalho, como um Programa de Extensão da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - PRAC/UFPB. No início, teve o apoio institucional da Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários – UNITRABALHO, através de financiamento PRONINC/FINEP/SENAES/MTE. Atualmente, participa das duas Redes de Incubadoras, dialogando e construindo a sua metodologia própria de incubação a partir da realidade dos empreendimentos e movimentos sociais participantes.

A INCUBES possui ações de acompanhamento e incubação na Zona da Mata – Litoral do estado da Paraíba, nos municípios de Baía da Traição, Marcação, Rio Tinto, Santa Rita, João Pessoa Cabedelo e Conde, em diversas áreas de produção, a exemplo da piscicultura, criação de pequenos animais, reciclagem de resíduos sólidos, confecção, customização, artesanato, panificação, serigrafia, serviços, crédito e finanças solidárias. Os grupos e empreendimentos solidários que contam com a assessoria da Incubes estão localizados nos territórios periféricos das regiões metropolitanas e comunidades indígenas da etnia Potiguara.

Nas ações de incubação, são realizadas atividades de formação, assessoria técnica e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários, até que estes alcancem patamares de sustentabilidade e viabilidade econômica, autonomia e segurança para iniciar a fase de desincubação, favorecendo à emancipação econômica, social, política e cultural dos sujeitos envolvidos.

Dadas a fragilidade e vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos, o trabalho de incubação abrange igualmente ações de resgate da auto-estima, fortalecimento familiar, organização dos grupos comunitários, ampliação da organização e conscientização política e cidadã, enquanto condições para a autonomia e emancipação social e coletiva.

As ações da Incubes envolvem ainda o olhar para o território em que estão inseridos os empreendimentos econômicos solidários. Neste campo, busca-se desenvolver ações de animação territorial, com a construção de redes de empreendimentos, articulação de políticas públicas que promova o desenvolvimento local sustentável e estímulo à implantação de processos de finanças solidárias, como moedas sociais, bancos comunitários e fundos rotativos.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Como os fundos rotativos já são uma metodologia testada e desenvolvida na Paraíba, especialmente na área rural, e que vem sendo estimulada por políticas públicas para o apoio e fomento ao trabalho associado na região, a Incubes vem estudando e acumulando teoricamente para iniciar uma experiência de sua aplicação na área urbana, articulada com outras modalidades de finanças solidárias e políticas de desenvolvimento local sustentável.

No campo da extensão universitária, a Incubes conta com a participação engajada de estudantes bolsistas, que são protagonistas nos processos de incubação e animação junto às comunidades, sendo estimulados à reflexão e teorização sobre suas experiências. Na medida em que se trata de um enfrentamento às questões-problemas vivenciadas no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários, o trabalho de extensão envolve necessariamente a realização de pesquisas, estudos e processos formativos que permitam a apreensão e participação na busca de soluções aos desafios dos empreendimentos. A perspectiva territorial, por outro lado, exige a articulação com órgãos públicos e instituições da sociedade civil. Neste caso, é fundamental a compreensão das políticas públicas nos processos de desenvolvimento local, e os mecanismos de seu funcionamento e operacionalização.

Entendemos que, enquanto programa de extensão universitária, o papel da incubadora é estratégico para a comunidade acadêmica, pois permite o desenvolvimento de ações extencionistas “não alienantes”, sendo essas ações são consideradas como “trabalho”, ou melhor, como trabalho social útil voltado para a produção de valores de uso, nesse sentido antagônico à mercantilização que o capital tenta projetar para todos os espaços da vida social.

Essa reflexão vem sendo desenvolvida pela Incubes através dos ensinamentos do Prof. José Francisco de Melo Neto, um dos seus fundadores da incubadora, que assim compreende o papel da extensão universitária:

Extensão, como trabalho social útil com a intencionalidade de conectar o ensino e a pesquisa, passa a ser agora exercida pela universidade e por membros de uma comunidade sobre a realidade objetiva. Um trabalho cooperativo que traz consigo as tensões de seus próprios componentes em ação e da própria realidade objetiva. Um trabalho onde se buscam objetos de pesquisa para a construção do conhecimento novo ou reformulações das verdades existentes. Esses objetos pesquisados serão os constituintes de outra dimensão da universidade: o ensino. É também um trabalho de busca de objeto de pesquisa. A extensão configura-se e concretiza-se como trabalho social útil, imbuído da intencionalidade de pôr em mútua correlação o ensino e a pesquisa. Portanto, é social na medida em que não será uma tarefa individual; é útil, considerando que esse trabalho deverá expressar algum interesse e atender a uma necessidade humana. É, sobretudo, um trabalho que tem na sua origem a intenção de promover o relacionamento entre ensino e pesquisa. Nisto, e fundamentalmente nisto, diferencia-se das dimensões outras da universidade, tratadas separadamente: o ensino e a pesquisa. (MELO NETO, 2004: 83)

Nessa perspectiva de extensão universitária, o trabalho de incubação de empreendimentos solidários coloca desafios novos em múltiplas áreas que continuam fragmentadas no interior das universidades. Em primeiro lugar, há o desafio pedagógico de fazer com que o relacionamento social com as comunidades participantes dos processos de incubação seja efetivo e permita a construção de novos saberes com e a partir do conhecimento já existente entre os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos. Existe igualmente o desafio



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

político, de se evitar que o trabalho de incubação crie novas relações de dependência que dificultem a conquista da autonomia nos processos econômicos e emancipação social dos sujeitos. Outro desafio é o técnico, vinculado à necessidade de desenvolvimento de novos processos gerenciais e de fabricação adequados às necessidades dos empreendimentos, de forma que eles possam controlar os meios técnicos e orientá-los de acordo com seus interesses.

São estas as dimensões que nos levam a propor que a incubação de empreendimentos solidários não pode resultar em um trabalho alienante para os atores envolvidos no processo, sejam da universidade ou da comunidade. Como vem chamando atenção o Prof. José Francisco de Melo Neto, considerá-lo como trabalho significa precisamente concebê-lo na sua dimensão ontológica, constitutiva da essência do homem, como processo de hominização do próprio homem: *“Como um trabalho, o fazer extensão só pode resgatar o caráter humano do mesmo.”*

Ao refletir sobre o trabalho desenvolvido pelas incubadoras de empreendimentos solidários, Genauto França Filho o diferencia relativamente às incubadoras tradicionais de empresas. As incubadoras da economia solidária estão direcionadas...

[...] geralmente a um público de baixa renda, que se organiza, na maior parte dos casos, em pequenas cooperativas. Em segundo lugar, nesse processo, normalmente não incidem taxas sobre os empreendimentos incubados, deixando elas de ser um componente importante dos subsídios. Em terceiro lugar, as instalações das incubadoras não abrigam as iniciativas incubadas, à exceção de alguns casos de incubadoras públicas. Uma quarta diferença, muito próxima à primeira e de fundamental importância, reside justamente no foco devido ao qual a incubação em economia solidária diz respeito sobretudo a empreendimentos solidários, preferencialmente no formato de cooperativas, incitando a constituição de processos de autogestão nos empreendimentos criados. (FRANÇA FILHO, 2009: p.727-8)

O trabalho de incubação de empreendimentos parte da categoria empreendimentos econômicos solidários, mas no seu fazer-se enquanto processo de desenvolvimento avança para outras esferas e passa a buscar a constituição de redes e cadeias produtivas solidárias, bem como a necessária articulação de políticas públicas de apoio aos processos de desenvolvimento local e comunitário. E enquanto instituição cuja natureza é a produção e disseminação de conhecimentos, as incubadoras tecnológicas devem articular a incubação com processos de ensino e pesquisa, nesse caso especialmente através do desenvolvimento de tecnologias sociais e metodologias efetivas de geração de trabalho e renda.

A Incubes vem se debruçando ultimamente sobre o tema das tecnologias sociais, como condição para a agregação de valor aos produtos, criação de instrumentos e ferramentas de gestão, produção, comercialização ou consumo adequados às características dos empreendimentos econômicos solidários, que possam ser apreendidos por eles e ajustados às suas necessidades. (DAGNINO, 2009). Trata-se, evidentemente, de uma concepção que parte da desnaturalização da técnica e da tecnologia, na medida em que pressupõe a construção de novos artefatos de produção e gestão voltados para a inclusão social, quer dizer, que sejam conhecimentos construídos junto aos (e apropriado pelos) usuários trabalhadores e trabalhadoras.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Neste caso, constitui objeto específico da presente comunicação, apresentamos uma ferramenta construída juntamente com os/as trabalhadores/as dos empreendimentos que contribua para a viabilidade econômica e a sustentabilidade das iniciativas econômicas, que amplifiquem as possibilidades de autonomia dos grupos relativamente ao cabedal tecnológico instituído nesse modo de produção e que é um dos vetores de desapossamento dos trabalhadores relativamente aos meios e objetos de trabalho sob o capitalismo.

4 O Desenvolvimento de uma Tecnologia Social Contábil

O empreendimento econômico solidário que foi objeto de incubação e com o qual foi desenvolvida a tecnologia social de gestão está localizado no Conjunto Habitacional Gervásio Maia, situado na periferia sudoeste de João Pessoa. Trata-se de uma gleba de 30 hectares, em um setor de expansão urbana do município, e que abrigou 1.336 unidades habitacionais de baixo padrão construtivo, erguido em 2007 no âmbito do programa federal de construção de habitações de interesse social.

O Conjunto Gervásio Maia é fruto da luta pela moradia de trabalhadores e trabalhadoras, sendo o maior do governo Lula em número de habitações, e trás consigo um contexto histórico de pobreza, exclusão social, desemprego. Condiçãoou o remanejamento da população de diversos assentamentos urbanos. Este remanejamento ocasionou a perda dos vínculos sociais e de trabalho anteriores, especialmente em função da distância e dificuldade de acesso e deslocamento dos trabalhadores e trabalhadoras aos seus antigos postos de trabalho. Sendo assim, dentre seus moradores há um percentual considerável que realiza atividades parciais, precárias e temporárias, como catadores de materiais recicláveis, “bicos”, etc.

Figuras 1 e 2 : Localização do Conjunto Habitacional Gervásio Maia e vista aérea do Conjunto





8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011



No caso do Conjunto Gervásio Maia, fica nítido que a luta das famílias por questões básicas de moradia, saúde e educação etc., não encontra resposta efetiva nos projetos de construção modular de habitações sociais que compõem os novos assentamentos. Seria necessária a articulação de políticas públicas que conferissem equipamentos públicos de saúde, educação, transporte, lazer, cultura e geração de renda.

Tendo em vista que grande concentração da população do conjunto era desempregada, a inauguração do Conjunto Gervásio Maia e a ocupação das casas levou a uma evasão habitacional em busca de trabalhos que se centralizam em outras regiões da cidade. Neste contexto, as alternativas que surgem de ocupação e renda pelos trabalhadores não são aquelas inicialmente pensadas pelo planejamento governamental, direcionadas pelo alto, que se tornam irrealistas e imediatistas. Ao contrário, ao se depararem com a situação de abandono e a falta de infra-estrutura de transporte e para a geração de renda, os trabalhadores e trabalhadoras iniciam a construção de laços identitários e práticas comunitárias, a partir da organização das famílias organizadas coletivamente. A partir dos valores humanos que os movem, reconstróem seus laços de solidariedade, suas iniciativas autônomas e participativas, construindo inclusive iniciativas que se pode considerar como sendo do campo da economia solidária

O estudo de caso remeteu-se a um empreendimento solidário de poupa de frutas iniciado pelos trabalhadores e trabalhadoras do Conjunto Gervásio Maia. A assessoria técnica da Incubus/UFPB, articulando teoria e prática, começou a acompanhar esse empreendimento a partir de 2009, participando de reuniões semanais e dando suporte à produção com orientações técnicas, realizando atividades de formação e promoção da cidadania e educação em economia solidária popular. Esse trabalho teve como um dos pilares a educação popular, baseada principalmente no método Paulo Freire, procurando a construção dialógica de novos conhecimentos, com o respeito e valorização do conhecimento de cada pessoa e de cada coletividade, a sua contextualização, com o reconhecimento do nosso inacabamento, nossa incompletude, e firmeza no nosso compromisso com a construção de processos sociais que favoreçam a emancipação e autonomia de setores oprimidos e explorados.

O empreendimento solidário de produção de polpa de frutas era formado por 9 (nove) integrantes, em sua maioria mulheres, dado este que aponta para importância das mulheres na



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

construção da economia solidária no Brasil. Nesta medida, é importante percebermos que a participação das mulheres na economia solidária é visível e extremamente importante, dando o alicerce ao grupo, tendo cada vez mais imposição social na sustentação das famílias, assumindo a responsabilidade da gestão dos lares e dos empreendimentos.

Durante o processo de incubação, no trabalho com o grupo, percebemos algumas dificuldades para a consolidação das formas democráticas de gestão do empreendimento, ou seja, com relação à autogestão. Essas dificuldades ou entraves eram causados pelas dificuldades do processo contínuo em que realizavam as atividades produtivas. Contrariamente à perspectiva eficaz de tomada de consciência e construção de uma cultura orientada para a transformação da realidade, o que se pode perceber é que, em determinados períodos, ocorria um processo em que praticamente um único integrante do grupo praticava uma forma de liderança que centralizava em si os processos de decisão mais importantes, que ocasionava a perda de autonomia e redução da participação dos demais integrantes.

No decorrer da incubação, fragilidades foram ressaltadas pelos integrantes em relação ao controle e registros da produtividade, conceitos e cálculos de custos da produção, formação do preço de venda, além do planejamento para a continuidade das atividades. Foi visto, por exemplo, que a mão de obra com seu tempo incorrido não eram alocados aos custos de produção, desencadeando um preço de venda distorcido, injusto, que inviabilizava o empreendimento solidário, provocando sobras cada vez menores.

Sendo assim remeteu-se a demanda de uma contabilidade sistematizada que contemplasse as peculiaridades dos empreendimentos solidários, sobretudo com uma linguagem de fácil compreensão, despida das tecnologias convencionais e direcionada para que os atores envolvidos possam intervir e influir na construção do empoderamento do grupo, com tomadas de decisões corretas que permitam a transparência da autogestão e propiciem a gestão democrática.

5 O Sistema de Contabilidade Social para os EES

Esse sistema trás a reflexão sobre o processo de tecnologias sociais de gestão, e de que maneira as universidades através das incubadoras podem contribuir na fomentação de descobertas de TS que solucionem de fato as demandas da realidade dos empreendimentos solidários, movimentos populares e sociais.

Durante o período de incubação, foi construído pela Incubes com os trabalhadores/as um sistema que permitisse controlar e registrar cada atividade e as diversas tarefas que compõem o custo da produção por unidade, permitindo a formação ideal do preço de venda e sobretudo potencializar a gestão do empreendimento solidário.

Para isso o processo metodológico das tarefas deveria ser distribuído na perspectiva da gestão democrática, sendo compartilhados os saberes e deveres de cada participante do empreendimento solidário, sendo de fato a Tecnologia Social de Gestão instrumento pedagógico, pelo qual todos aprendem no construir das soluções.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Começamos identificando, “etapa à etapa”, cada fase do trabalho que é feito na produção e o que é necessário em termos de matéria prima e outros insumos por unidade para resultar no volume produzido final que o grupo pretendia vender. Neste caso, o volume total de polpas de fruta pretendidas pelo empreendimento era de 800 Unidades por Mês.

Isso resultou em uma Planilha de custos que está sendo utilizada e gerida pelos trabalhadores/as do empreendimento, conforme exemplo abaixo.

Custos						
Produção mensal de mangaba	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total		
Fase 1- Aquisição						
Compra de frutas	16	Caixas	30	480,00		46,44%
Frete	8	Viagem	50	400,00		38,70%
Total				880,00		85,14%

Por este exemplo, foi possível perceber que, nesta primeira fase de aquisição da matéria-prima para dar início ao processo de produção, representava 85,14 % do Custo Total do produto, e que o custo do transporte correspondia 38,70%. Ou seja, o transporte quase representava o custo total do produto, podendo ser objeto de ações visando otimizar a operação do frete, e o próprio planejamento do grupo para a realização dessa atividade. Foi possível perceber, junto com os trabalhadores, que estes não consideravam o custo do frete como sendo tão importante na formação do preço final do produto, o que acarretava perdas financeiras no momento de distribuir as sobras das atividades realizada.

Todos os integrantes do empreendimento possuem habilidades para fabricar a polpa de fruta por completa, sabendo exatamente como funciona cada fase do processo produtivo e tendo conhecimento de como executá-las. Contudo, é fato que mesmo com a metodologia de democratizar as atividades, ou seja, de todos os membros realizarem todas as partes do processo de produção, algumas pessoas acabam por se especializarem em determinadas atividades. Em relação ao sistema de custeio, estava sendo realizado um sistema manual de escrituração das entradas e saídas das polpas de frutas, e contabilizadas os custos da produção, porém alguns elementos não estavam sendo computadas como o frete e a mão de obra.

A partir daí, passou-se a calcular junto com os trabalhadores e trabalhadoras do empreendimento, o custo mínimo por unidade produzida e então melhorar a definição do preço de venda estipulado pelo empreendimento:

Primeiramente observamos que o preço de venda praticado pelo empreendimento era de R\$ 2,00 e os mesmos cresciam uma “margem de sobra” que correspondia a 25% a mais no valor inicialmente estipulado.

Portanto a metodologia constituída foi aprender a calcular caracterizando-se como um sistema que deve ser utilizado para melhoria da gestão interna, gerando informações para a tomada de decisão do empreendimento e para o acompanhamento de seu desempenho.

1º Passo: Aprendendo a Calcular:



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

- . **CP**- Custos de Produção (soma dos componentes que participam do processo de fabricação do produto)
- . **CV**- Custos de Venda (Valores percentuais sobre o preço de venda) – Neste caso somente será a “margem de sobra” de 25%
- . **PV**- Preço de Venda

Apartir desse entendimento construído conjuntamente fomos então aos Cálculos:

$$PV = CP + CV$$

$$PV = CP + 25\% \times PV$$

$$PV = 1,61 + 25/100 \times PV$$

$$100PV = 161 + 25PV$$

$$100PV - 25PV = 161$$

$$75PV = 161$$

$$PV = 2,14$$

Custos Produção	Custo Unitário p/ kg de Polpa de Mangaba
Matéria Prima	0,6
Mão de Obra	0,3
Embalagem	0,01
Energia	0,1
Frete	0,5
Outros Gastos	0,1
Total	1,61

Sendo assim, observamos que o Preço de Venda real seria de R\$ 2,14, e não de R\$ 2,00 como estava sendo praticado pelo empreendimento, pois estavam formulando o cálculo de forma diferente, somando todos os custos de produção e acrescentando sua margem de 25% (1,61 + 25%). Foi possível perceber, junto com os trabalhadores, que o preço de venda tendo esta distorção, acarretava perdas financeiras no momento de distribuir as sobras das atividades realizadas.

Desta forma, observamos também que, quando o preço de venda era de R\$ 2,00, a margem de sobras para o empreendimento, que eles achavam que estavam aplicando o percentual de 25%, na realidade era de 19%, deixando de ser R\$0,50 para ser apenas R\$ 0,39. Portanto mesmo a margem com R\$ 0,39 sendo positiva, não iria atender sua finalidade, pois deveria ser de 25% sobre o preço de venda real (R\$2,14), sendo, portanto R\$ 0,53.

O que mais ficou nítido para o empreendimento depois de realizados os cálculos foi, sobretudo, que eles começaram a ter melhores condições para a realização do planejamento, sobretudo com reservas para possíveis compras de equipamentos, perdas por deterioração, entre outros. Este é apenas um exemplo do processo de construção coletiva de uma ferramenta de contabilidade construída junto com os trabalhadores/as de um empreendimento econômico solidário, que partiu das suas necessidades concretas, e foi realizado de maneira a torná-lo útil para a melhoria do processo de gestão e da renda gerada pela atividade.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

6 Considerações Finais

O processo de incubação tem como objetivo permitir processos sistemáticos de interação mútua entre a universidade e comunidade para fortalecer os grupos produtivos. Neste processo, e levando em consideração a educação popular, são consideradas tanto as práticas e saberes dos trabalhadores/as, como os conhecimentos construídos na universidade, resultando deste diálogo novos conhecimentos adequados às necessidades dos empreendimentos, tanto quanto um olhar mais crítico e engajado da realidade social para os estudantes, técnicos e professores envolvidos.

Esta comunicação apresenta um dos resultados obtidos com o trabalho de incubação realizado com um grupo produtivo, que ainda continua informal, mas que vem se apropriando de novos conhecimentos de gestão para alcançar a sua viabilidade econômica e melhores condições de vida para os seus integrantes. Neste caso, o trabalho de extensão universitária tem como resultado o desenvolvimento de tecnologia sociais de gestão, tão importantes às demandas dos empreendimentos solidários, cuja construção foi realizada em conjunto com a comunidade visando o seu empoderamento e práticas emancipatórias de autogestão.

7 Referências Bibliográficas

- BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (orgs). *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru, SP: Canal 6, 2011.
- CADERNO TEMÁTICO: Formação; Finanças Solidárias; Etnodesenvolvimento; Comercialização; Cooperativismo Solidário. II Conferência Nacional de Economia Solidária - CONAES. Brasília: SENAES/MTE, 2010.
- CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social*, RJ, Vozes, 1998.
- CATTANI, Antonio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CORAGGIO, J. L. *Desenvolvimento Humano e Educação*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1996.
- CORAGGIO, J. L. *La gente o el capital. Desarrollo local y Economía del Trabajo*, CIUDAD, Fronesis, EED, ILDIS, Abya-Yala, Quito, 2004 y Espacio Editorial, Buenos Aires, 2004.
- DAGNINO, R. P. *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas/SP.: IG/UNICAMP, 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V.. Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. *O&S – Salvador*, v.16 – n.51, p.725-747 – outubro/dezembro – 2009. www.revistaoes.ufba.br
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- MELO NETO, J.F. de. Extensão universitária e produção do conhecimento. *Conceitos*, João Pessoa - PB, v. 5, n. 9, p. 13-19, 2003.
- MELO NETO, J.F. de. O trabalho: sua centralidade no mundo contemporâneo. *PRINCÍPIA (CEFET/PB)*, João Pessoa, v. 1, n. 10, p. 5-10, 2003.
- MELO NETO, J.F. de. *Extensão universitária é trabalho*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- POCHMANN, M. (org). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade*; SP:Cortez, 2002.



8° ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

RTS. Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: a contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010. 98 p.

SENAES. *II Conferências Nacional de Economia Solidária*. Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. Documento Final. Brasília, SENAES/MTE, junho de 2010.

SINGER, P. *Uma Utopia Militante*. São Paulo: Vozes, 1999.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs). *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. In KRUPPA, Sonia M. P. *Educação de Adultos e Economia Solidária*. Brasília: INEP, 2004.

SUASSUNA, M. A versão projetual da reflexão propositiva em habitação de interesse social: o fato do Conjunto Habitacional Gervásio Maia (CHGM) – João Pessoa – PB. http://www.arqbrasil.com.br/urb/marco_suassuna/marcosuassuna2.htm

TAUILE, R. *Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massas Falidas*. Ricardo Tauile... [et. al.]. – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAEAS, 2005.